

Não é apenas pelo petróleo - 10 teses sobre a Venezuela



Por **GABRIEL TELES***

O petróleo é apenas a cortina de fumaça; o verdadeiro drama é a normalização de uma tutela imperial que, sob verniz técnico e jurídico, esvazia soberanias sem precisar destruí-las

Escrevo sem a pretensão de especialista em geopolítica ou em Venezuela. Não falo a partir de um campo disciplinar fechado, mas do acompanhamento atento e sistemático das dinâmicas dos conflitos internacionais, que há anos venho observando com dedicação teórica e política. Os acontecimentos em torno da Venezuela devem ser lidos como parte de um processo histórico mais amplo, marcado pela crise da ordem internacional e pela reorganização das formas de dominação nas periferias do capitalismo.

O discurso dominante voltou a girar em torno de um velho argumento (confortável tanto para governos quanto para parte da esquerda) segundo o qual tudo se explicaria pelo petróleo.

Essa leitura, na verdade, obscurece mais do que revela. Ao meu ver, ela despolitiza o conflito, apaga suas mediações de classe e desloca o foco das transformações mais profundas em curso no sistema internacional e na própria América Latina. O que está em jogo na Venezuela não é apenas um recurso natural, nem um regime específico, mas um novo padrão de tutela imperial, articulado à reorganização inter-imperialista e à fragilização estrutural das soberanias periféricas.

As teses que apresento a seguir não pretendem oferecer uma explicação definitiva. Busco, antes, organizar o terreno do debate, afastar ilusões recorrentes e recuperar critérios materiais para a análise.

A Venezuela como expressão de uma transição na dinâmica internacional

O que se passa na Venezuela não é um desvio latino-americano, nem um excesso circunstancial. É expressão concentrada do momento histórico atual. A crise da hegemonia dos Estados Unidos, a intensificação da disputa entre grandes potências e o abandono progressivo das mediações multilaterais produziram um cenário em que intervenções voltam a ser normalizadas. Venezuela, Ucrânia, Palestina e Taiwan não são casos idênticos, mas respondem à mesma lógica: a gestão violenta de uma transição geopolítica.

Recursos estratégicos e mediações geopolíticas

A obsessão com o “petróleo venezuelano” costuma errar o alvo. O petróleo importa menos como fonte de energia e mais como mediação financeira e geopolítica do dólar. A isso se soma um elemento cada vez mais central: minerais estratégicos e terras raras, decisivos para as cadeias tecnológicas e militares. A América Latina reaparece como território-chave dessa disputa, especialmente diante da expansão chinesa na região.

Limites históricos da soberania periférica

Convém não romantizar. A PDVSA, estatal petrolífera venezuelana responsável pela exploração, refino e exportação de petróleo, nunca foi uma ruptura anticapitalista. Sempre operou como empresa estatal híbrida, integrada ao mercado mundial, com parcerias privadas e presença de capital estrangeiro. O conflito nunca foi o “socialismo”, mas o grau de autonomia política na gestão de recursos estratégicos. Em tempos de relativa estabilidade, essa soberania limitada foi tolerada. Em contexto de disputa acirrada, ela se torna intolerável.

Fraturas internas como condição da ingerência externa

Nenhuma intervenção externa se sustenta sem apoio ou passividade interna. A decomposição prolongada do Estado venezuelano, agravada por sanções, mas também por autoritarismo e esgotamento do pacto social, abriu espaço para fraturas na burocracia política, militar e econômica. Para esses setores, a ingerência externa pode aparecer como oportunidade de reorganização do poder, não como ameaça.

Lawfare como técnica de legitimação da exceção

As acusações criminais e o discurso de “aplicação da lei” não são desvios retóricos. São parte de uma estratégia consciente de “lawfare” internacional. O direito passa a funcionar como arma política, transformando uso da força em procedimento legal, intervenção em dever moral. Não se trata de provar crimes, mas de organizar narrativas. Não se trata de provar crimes, mas de produzir condições de aceitabilidade política para a exceção permanente.

Seletividade estrutural do direito internacional

Não estamos assistindo ao colapso de uma ordem jurídica universal, mas à explicitação de sua natureza histórica. O direito internacional sempre operou de forma seletiva e hierárquica. A novidade é o descaramento. Guerra vira polícia, ocupação vira governança, tutela vira transição. A norma não desaparece, ela se submete abertamente à força. O direito internacional não entra em colapso. Ele funciona exatamente como sempre funcionou – só que agora sem pudor.

Tutela imperial como forma contemporânea de dominação

Quando Washington fala em “administrar a Venezuela até uma transição adequada”, a linguagem revela mais do que esconde. Não se trata de justiça, democracia ou estabilização institucional, mas de gestão direta de território, Estado e recursos. Trata-se de tutela com vocabulário técnico, de protetorado apresentado como solução administrativa.

Essa forma de dominação é compatível com um mundo em que o imperialismo não precisa mais se apresentar como ocupação clássica. A tutela aparece como responsabilidade, a intervenção como serviço, o controle como auxílio. O poder se exerce sem espetáculo, mas com profundidade estrutural.

Administração da crise e esvaziamento da soberania

A ausência de destruição generalizada não é sinal de contenção humanitária. É racionalidade econômica. O capital prefere administrar do que arrasar. Desde que os fluxos sigam funcionando, campos operem, exportações continuem e mercados permaneçam calmos, a soberania pode ser esvaziada sem grandes rupturas visíveis.

Essa forma de dominação é mais eficaz justamente por ser menos ruidosa. O território permanece “em pé”, mas politicamente desativado. O Estado existe, mas opera sob tutela. A violência se desloca do espetáculo da guerra para a normalidade da administração.

Autoritarismo como efeito da crise internacional

A insegurança sistêmica e o enfraquecimento da ordem multilateral empurram Estados periféricos ao nacionalismo

a terra é redonda

defensivo, à militarização e à centralização do poder executivo. A exceção vira regra. A democracia vira retórica.

Na Venezuela, isso se expressou na consolidação de um regime fechado. Em outros países, aparece como expansão do aparato policial, endurecimento penal e naturalização da violência estatal. O autoritarismo não surge como desvio, mas como efeito estrutural da crise internacional combinado às fragilidades internas.

Centralidade do critério de classe

Guerras inter-imperiais têm enorme capacidade de capturar a esquerda, dissolvendo a política de classe em alinhamentos automáticos. Reduzir o anti-imperialismo a ser apenas antiestadunidense ignora que não existe imperialismo bom. China e Rússia não são alternativas emancipatórias, mas polos concorrentes.

O único critério consequente continua sendo o de classe. Quem decide, quem lucra, quem paga e quem morre. Sem isso, o anti-imperialismo vira fetiche e a crítica vira adorno.

***Gabriel Teles** é doutor em sociologia pela USP. Autor, entre outros livros, de *Karl Korsch e as armas da crítica: a reconstituição do marxismo crítico-revolucionário* (Appris) [<https://amzn.to/4gWrov6>]

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**